

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Gabinete do Vereador
Gilberto Nascimento
Lider do PSC

RDP

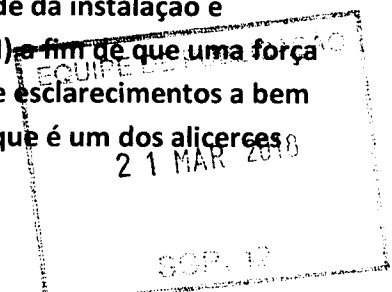
17/2018

REQUERIMENTO.

Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades apresentadas em denúncia veiculada pela imprensa referente a indicação de propina e interferência na PPP da iluminação pública na Cidade de São Paulo.

Considerando que uma emissora de Rádio veiculou no dia de hoje (21/03/2018) áudios referentes a gravação de conversas entre a diretora do departamento de iluminação da prefeitura e uma de suas secretarias indicando recebimento de propina e favorecimento a participantes do consorcio vencedor da disputa da PPP de iluminação na cidade de São Paulo.

É urgente a necessidade da instalação e formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de que uma força tarefa de vereadores dedique-se a busca de informações e esclarecimentos a bem do serviço público e da cidade. Papel este de fiscalização que é um dos alicerces da atividade do legislativo.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Considerando que entre as atribuições encontram-se a de analisar questões, emitir pareceres, aprovar projetos e sugerir medidas, nos casos em que a legislação lhe determina;

Considerando as irregularidades constatadas em alguns casos com atuação indevida ou exorbitante dos limites impostos pela legislação;

Considerando os princípios da isonomia e da impessoalidade, que impõem o tratamento igualitário aos processos a serem analisados pela Comissão,

Requeiro, na forma regimental, com fundamento nos artigos 33 da Lei Orgânica do Município e 89, inciso I e 91 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com 5 (cinco) membros e duração de ~~90 (noventa)~~ ^{120 (cento e vinte)} dias, para apurar irregularidades acima apontadas.

Sala de Sessões, 21 de março de 2018.

QUARTA, 21/03/2018, 06:00 Política

Áudio indica propina e interferência de diretora nomeada por Doria na PPP da Iluminação

A CBN teve acesso à gravação de uma conversa entre a diretora do Departamento de Iluminação da Prefeitura de São Paulo, Denise Abreu, e uma secretária dela. O áudio indica que Denise recebia propina para favorecer o consórcio FM Rodrigues, que venceu a disputa, e prejudicar o concorrente, o consórcio Walks. A PPP da Iluminação era um contrato de R\$ 7 bilhões.